



RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90006//2025 – MJSP – POLICIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

Recorrente: ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA – CNPJ nº 40.911.117/0001-41

Recorrida: WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES – CNPJ nº 11.486.088/0001-10

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro,

A empresa ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA, já qualificada nos autos do Pregão Eletrônico nº 90006/2025, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da habilitação da empresa WNS, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, uma vez interposto dentro do prazo legal previsto no § 1º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, consoante cronograma e registros da sessão do certame eletrônico.

2. DOS FATOS

A empresa WNF, foi habilitada pelo Pregoeiro, mesmo tendo apresentado justificativa meramente declaratória quanto ao descumprimento da cota mínima legal de PCD, alegando que estaria “em fase de adequação” em razão do início de novos contratos. Com relação a contratação de Aprendiz, a empresa WNS silenciou, embora esteja também com o status inferior na certidão.

A aceitação dessa justificativa — sem qualquer comprovação objetiva — afronta diretamente a legislação vigente, os princípios que regem a Administração Pública e as balizas fixadas pelo Tribunal de Contas da União em julgados recentes. Trata-se de obrigação legal de natureza atual e permanente, cuja observância deve ser comprovada no momento da habilitação e mantida ao longo de toda a execução contratual.

3. DA EXIGÊNCIA LEGAL DE COMPROVAÇÃO DE COTAS



O art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente que constitui requisito de habilitação a comprovação do cumprimento das obrigações previstas na legislação trabalhista e da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência e para aprendizes.

Tal exigência não comporta relativizações por simples declarações ou compromissos futuros. Trata-se de condição objetiva de habilitação, cuja ausência deve acarretar inabilitação imediata.

No entanto, de forma precisa, o Acórdão 523/2025 – Plenário Tribunal de Contas da União, afirma que a autodeclaração apresentada pela licitante pode ser admitida para fins de habilitação **enquanto não contestada**. Havendo impugnação ou recurso, a Administração deve diligenciar junto aos órgãos competentes, como o MTE, ou utilizar outros meios de prova para aferir a veracidade da informação.

Posteriormente, deve haver a efetiva comprovação do cumprimento da obrigação legal no momento da contratação, bem como durante a execução contratual.

Assim, a simples aceitação da justificativa da empresa BENIT sem a devida diligência viola a diretriz estabelecida pelo próprio TCU.

4. DA DISTINÇÃO PRÁTICA ENTRE PCD E APRENDIZ — REALIDADE DO SETOR

A recorrente ressalta, com base em sua experiência no setor de serviços terceirizados, que o cumprimento da cota de PCD enfrenta obstáculos práticos (escassez de candidatos disponíveis, exigências médicas/legais e validações pela DRT). Contudo, o mesmo não ocorre com a cota de Aprendiz, cuja legislação oferece meios acessíveis e plenamente viáveis, como convênios com SENAI e SENAC, permitindo reservar turmas e vagas antecipadamente para assegurar o atendimento do percentual mínimo exigido.

Logo, a justificativa apresentada pela WNS não encontra respaldo jurídico ou fático, tratando-se de tentativa de afastar obrigação objetiva que deveria ter sido comprovada no ato da habilitação.

5. DA RESPONSABILIDADE NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO

Ainda que, por juízo discricionário, tenha-se aceito a justificativa nesta etapa, tal aceitação não afasta a obrigatoriedade legal de comprovação da cota de aprendiz como condição para a assinatura do contrato e sua manutenção. A Lei nº 14.133/2021 impõe:

- Art. 92, XVI – observância das normas relativas às cotas de aprendizes e PCD nas contratações;
- Art. 116 – manutenção das condições de habilitação/qualificação durante toda a execução;
- Art. 137, IX – rescisão contratual por descumprimento de obrigações legais.



Portanto, a contratação dependerá do cumprimento integral da cota; a manutenção contratual também.

6. DA PRODUÇÃO DE PROVAS — DILIGÊNCIAS REQUERIDAS

Dada a natureza objetiva da exigência e a ausência de comprovação efetiva pela WNS, requer-se:

a) Diligência junto à DRT

Verificar desde quando a WNS não cumpre a cota de aprendiz;

Apurar se em algum momento já atendeu ao percentual legal;

Informar a existência de notificações/autuações/TACs relativas ao tema.

b) Consulta oficial ao PNCP (CNPJ 24.320.865/0001-01)

Obter listagem dos contratos públicos firmados pela empresa nos últimos 5 anos (órgão, datas, objeto);

Verificar eventual padrão de descumprimento de cota de aprendiz em outros vínculos contratuais.

Essas providências são indispensáveis para aferir a veracidade e a temporalidade da justificativa apresentada, bem como para resguardar a legalidade do certame.

7. DO ENTENDIMENTO DO TCU

No TC 019.969/2024-4, o TCU assentou que a ausência de comprovação efetiva no momento da habilitação pode ensejar revisão da decisão e medidas corretivas, especialmente quando a própria empresa admite o descumprimento.

Assim, a habilitação da WNS é juridicamente inviável, pois a sua participação no certame está fundada em declaração inverídica, cuja irregularidade é insanável e deve ser objeto de inabilitação imediata.

Conforme estabelece o Acórdão TCU nº 523/2025 – Plenário, a declaração prestada pelo licitante só é aceita como verdadeira enquanto não contestada. Uma vez impugnada, cabe à Administração verificar sua veracidade, e as consultas realizadas demonstram que a declaração da WNS não corresponde à situação fática do empregador.

Não se trata, portanto, de falha formal, mas de declaração materialmente falsa, incompatível com a realidade demonstrada pelas certidões oficiais e, portanto, em



desacordo com os princípios da boa-fé, da veracidade e da legalidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Tais certidões oficiais — extraídas diretamente do sistema SIT/MTE — demonstram, de maneira inequívoca, que a WNS não cumpre as obrigações que declarou cumprir perante o edital.

— A Certidão de Aprendiz da WNS igualmente exhibe STATUS INFERIOR, evidenciando ausência de contratação do percentual mínimo de aprendizes.

— A Certidão de PCD da WNS indica STATUS INFERIOR, comprovando que o empregador não cumpre o percentual mínimo previsto em lei;

A empresa Ativa Serviços Gerais realizou diligência própria, acessando os registros oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, constatando que:

Ocorre que tais declarações não se sustentam.

A empresa WNS, ao encaminhar sua proposta no sistema, declarou estar em conformidade com as cotas previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 (PCD) e no art. 429 da CLT (Aprendiz).

Embora o edital não exija a apresentação imediata das certidões de cumprimento de cotas de PCD e Aprendiz na fase de habilitação, exige, de forma expressa, que a licitante declare, no envio da proposta, que cumpre integralmente tais obrigações trabalhistas e sociais.

3-A. DA DECLARAÇÃO INVERÍDICA PRESTADA PELA WNS QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS COTAS DE PCD E APRENDIZ

8. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O provimento deste Recurso Administrativo, para reformar a decisão que habilitou a WNS, com sua inabilitação, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 e do Acórdão TCU 523/2025 – Plenário;
2. Alternativamente, que sejam determinadas as diligências acima (DRT e PNCP/CNPJ 24.320.865/0001-01), a fim de produzir prova objetiva acerca do histórico de cumprimento da cota de aprendiz;
3. Confirmado o descumprimento, que a assinatura do contrato fique expressamente condicionada ao cumprimento integral da cota de aprendiz, à luz dos arts. 92, XVI; 116; e 137, IX da Lei nº 14.133/2021, sob pena de rescisão e sanções cabíveis.

Nestes termos,
Pede deferimento.



Maceió/AL, 14 de novembro de 2025.

ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA
IVONETE PORFIRIO BARROS
SÓCIA-ADMINISTRADORA